

Filinto Müller: o carrasco de Vargas contra a “ameaça comunista”

Resenha do livro de ROSE, Robert Sterling. O Homem mais Perigoso do País. Biografia de Filinto Müller. O temido chefe da polícia da Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda*

Filinto Müller, até então, era personagem histórico não problematizado devido ao estigma relacionado à sua memória. A construção da figura do temido chefe de polícia da ditadura Vargas é atribuída a obra do jornalista David Nasser em *Falta Alguém em Nuremberg* (1948), na qual descreve os horrores da repressão política do Estado Novo. Outro trabalho é a dissertação *Filinto Müller: memória e mito (1933-1942)*, de Stella Maris F. Jorge (1993), que tenta compreender a formação de sua imagem histórica. As obras não tinham preocupação biográfica e abordavam apenas a Era Vargas, conseqüentemente, inúmeras questões permaneciam ignoradas.

Através de extensa pesquisa em várias instituições, Robert S. Rose¹ enfrentou o tema evitado pela historiografia, realizando entrevistas com os que conheceram o biografado e levantou informações desconhecidas. Filinto Müller (1900-1973), mato-grossense de Cuiabá, estudou na Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro, onde conheceu personalidades como Costa e Silva, Castelo Branco, Luís Carlos Prestes e João Alberto. Participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, nos quais foi preso duas vezes e enfrentou o exílio. Mais lembrado por ter sido o chefe de polícia do Distrito Federal de Vargas, foi também presidente do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, várias vezes eleito senador por Mato Grosso, além de colaborar com o Regime Militar. Rose não só sistematiza as informações sobre Müller, como também amplia a perspectiva sobre as polêmicas em que se envolveu, como sua saída da Coluna Prestes, a tortura policial, a deportação de Olga Benário e seu apoio à Ditadura

* Bacharel em Sociologia e Política na Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP. Mestre e Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Bolsista Fapesp. Visiting PhD Researcher no King`s College London. Email: larissa.rvarruda@outlook.com

¹Rose é brasilianista, com doutorado em Sociologia na Universidade de Estocolmo. Atua na área de história, com ênfase em história social do Brasil, especialmente nos temas: de criminologia, era Vargas, Filinto Müller, a insurreição comunista, e violência das elites brasileiras. Entre seus livros: Johnny: A vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935.

Militar. Nesse sentido, a biografia de Rose é imprescindível para entendimento mais realista de Müller.

Sobre a Coluna, Filinto participou da rebelião tenentista em São Paulo em 1924, que posteriormente se deslocou ao Paraná onde se uniu ao grupo liderado por Prestes, momento em que ocorreu a sua polêmica expulsão. Em Foz do Iguaçu, as lideranças dividiram-se quanto aos rumos do levante, Prestes e Miguel Costa sugeriram uma guerra de movimento enquanto o general Isidoro Dias Lopes autorizou seus homens escolherem como proceder. Este, Estilac Leal e Müller optaram pelo exílio. Embora tivesse permissão para sair, o desentendimento se relacionava com dinheiro. Rose elucida que uma quantia foi dividida entre o alto escalão rebelde, no qual Müller ficou responsável pela parte de Estilac Leal. Ao deixar o país com o montante, Prestes o acusou de roubo, mas Rose justifica que os recursos foram usados para a manutenção das tropas de Isidoro, com conhecimento e sob ordem do general. Dado que deixou o movimento, Filinto não participou efetivamente da Coluna, embora Miguel Costa tenha assinado documento de sua expulsão. Rose (2017) complementa que os brasileiros viveram com dificuldades financeiras em Buenos Aires, onde Leal e Müller trabalharam de motorista e lavavam carros.

Enquanto vivia na Argentina, conheceu sua esposa, Consuelo, e pouco depois iniciou sua vida de casado no Rio de Janeiro escondendo-se da polícia. Convidado a participar das conspirações para a Revolução de 30, optou por não se envolver porque já era pai de família. Após a vitória do movimento, Müller aderiu ao regime e sua carreira progrediu. Trabalhou no Ministério da Guerra e depois foi secretário do interventor João Alberto em São Paulo, que o apresentou a Vargas e a Góes Monteiro. Foi por meio do interventor que Müller conseguiu emprego na Polícia Central, assumindo sua chefia em 1933. Durante sua chefatura da polícia (1933-1942), apogeu de sua carreira, atingiu legitimidade e se converteu em referência no seu estado natal. Esse período, contudo, foi marcado pelo uso sistemático de tortura em presos políticos e a deportação das comunistas Olga Benário e Elise Ewert para a Alemanha nazista. Sobre o assunto, Rose esclarece que a tortura ocorria quando o chefe de polícia ia para casa no término do expediente e que, portanto, não participava diretamente nas sessões, embora sabia do uso de “medidas extremas” em interrogatórios. No caso das alemãs, pontua que apenas Vargas poderia autorizar a deportação.

Sua demissão da polícia se relacionou ao comportamento de Müller, envolvido em várias disputas internas com funcionários do governo, inclusive com Oswaldo Aranha. Sua posição ficou insustentável quando mostrou um revólver para o ministro interino de Justiça, Vasco Leitão Cunha. Contando com apoio do Exército, foi trabalhar com o general Dutra. Vargas, sabendo que não poderia descartar seu antigo chefe de polícia, convidou Müller para assumir a presidência do Conselho Nacional do Trabalho -CNT. A partir daí houve um crescente distanciamento entre eles. Em 1950, Müller concorreu ao governo do estado de Mato Grosso e Vargas à presidência da República; em campanha no estado o presidencialista sinalizou para a opositora UDN e não declarou apoio ao PSD de Müller (NEVES, 1988). Ele lembrava a pior face do regime do qual Vargas pretendia se desvincular.

Depois de trabalhar no CNT, Müller foi eleito senador várias vezes por seu estado natal, embora tenha perdido duas vezes para o governo estadual. Em 1956, o presidente Juscelino Kubistchek o nomeou líder da maioria e também foi vice-presidente do Senado. Sempre aliado do Exército, Müller apoiou o golpe militar de 1964², mas alegou não ter participado das conspirações³. Rose mostra sua participação no regime, no qual foi líder do governo Castelo Branco na câmara alta; igualmente, colaborou com a montagem da espionagem do Serviço Nacional de Informações- SNI. Em 1966, como presidente do Senado defendeu a crescente violência política decorrente do AI-5; em outra ocasião, deixou escapar que sabia do treinamento da CIA para realização de tortura no país. Em 1973 faleceu na queda do avião da Varig em Paris, quando estava em missão especial a pedido de Médici.

A biografia de Rose acrescenta fatos relevantes e tem o mérito de condensar informações dispersas do personagem que teve relações e participações em âmbito estadual, nacional e internacional. Outra contribuição da obra foi contrabalancear o maniqueísmo do livro de Nasser (1966), mostrando seus possíveis interesses e vieses. Rose não isenta a participação de Müller nas ditaduras e nem a utilização de violência política, mas problematiza e enriquece com dados levantados. De fato, a percepção das figuras históricas decorre das interpretações correntes do presente, que se

² Sobre tenentismo e Ditadura Militar, Müller afirmou: “Sinceramente, não havia uma doutrina, uma ideologia, um programa político. Nem os chefes mais graduados possuíam uma determinação a não ser mudar os costumes políticos. (...) O movimento de 22 foi um movimento generoso, puro, patriótico, desambicioso. (...) Cinquenta anos depois posso ver que aquele movimento bisonho representou um marco inicial na renovação da vida do Brasil. O que não foi feito em 22 fez-se em 1964 (apud NEVES, 1988, p.109).

³ No Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso existe uma carta de Filinto que revela sua surpresa com o golpe militar.

alteram no tempo, e definitivamente Rose contribuiu para o avanço na compreensão de Müller.

Devido a própria complexidade de uma análise de toda a trajetória de Filinto, Rose teve dificuldades de abordar a atuação do biografado fora do Rio de Janeiro. Na parte que se refere a sua carreira política no Mato Grosso surgem algumas imprecisões, que, contudo, não ofuscam a relevância que a obra conseguiu atingir. Primeiro, o autor se refere ao “clã dos Müller” como “força poderosa” desde 1907 quando Júlio Frederico, pai de Filinto, foi prefeito de Cuiabá (ROSE, 2017, p.99). Os Müller realmente tinham boas relações com os poderosos, entretanto, no sistema restrito da época, o cargo de prefeito não integrava à elite que comandava o estado (ARRUDA, 2015). Além de outras inconsistências sobre o período, o autor também comete outras de caráter geográfico, como por exemplo confunde a história Acre com a de Rondônia (ROSE, 2017, p.23), já que este estado já fez parte do Mato Grosso⁴. Considerando a falta de pesquisas sobre as práticas políticas de Müller em sua terra natal, não é de se estranhar as imprecisões.

Rose conclui sua obra expondo a lista de honras recebidas por Müller, somado às felicitações e agradecimentos por sua atuação. Resta a pergunta: como o responsável pela repressão no Estado Novo e colaborador do Regime Militar recebeu tais reverências? Talvez o desconforto decorra do fato de Filinto Müller não ter inaugurado a violência contra os opositores no país (LEAL, 1975), muito menos a repressão contra presos políticos. Mais grave, a violência policial continua presente e encontra apoio social de parte da sociedade, pois não existe consenso sobre o tema. Entretanto, é impossível eximir a responsabilidade de Getúlio Vargas e Filinto Müller, afinal, o Estado Novo deixou marcas de autoritarismo, violência, e imprimiu perversas rotinas na cultura política brasileira.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Larissa R. V. **Disputas Oligárquicas**: as práticas políticas das elites mato-grossenses. São Carlos: Edufscar/ Fapesp, 2015.

JORGE, Stella Maris Floresani. **Filinto Müller**: Memória e Mito (1933-1942). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo -USP, São Paulo, SP, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2^oed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

⁴Em 1943, o território federal do Guaporé foi criado e em 1981 transformado no estado de Rondônia. Em 1977, o extenso território de Mato Grosso foi dividido e criado o estado do Mato Grosso do Sul.

NASSER, David. **Falta Alguém em Nuremberg**. Edições O Cruzeiro - 4^a edição, Rio de Janeiro, 1966.

NEVES, Maria Manuela R. de Novis Neves. **Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário – Eleitoral (Caso de Mato Grosso)**. Rio de Janeiro: IUPERJ e com apoio do Governo Carlos Bezerra do Estado de Mato Grosso, 1988.

Recebido em Fevereiro de 2018
Aprovado em Maio de 2018

